

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Curso de Direito Administrativo

6.^a edição
revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 07.02.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O51c

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Curso de Direito Administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7955-3

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

18-47611

CDU: 342.9(81)

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XII
--------------------	-----

CAPÍTULO 1 DIREITO ADMINISTRATIVO: GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1	Origem do Direito Administrativo	1
1.2	Conceito de Direito Administrativo	3
1.3	Sistemas administrativos: sistema de jurisdição una (sistema inglês) e sistema do contencioso administrativo ou dualidade de jurisdição (sistema francês).....	4
1.4	Direito Administrativo comparado e brasileiro	5
1.4.1	França.....	5
1.4.2	Alemanha	5
1.4.3	Itália.....	5
1.4.4	Espanha.....	6
1.4.5	Portugal.....	6
1.4.6	Argentina	6
1.4.7	Inglaterra e Estados Unidos	6
1.4.8	Direito Administrativo comunitário e Direito Administrativo global.....	7
1.4.9	Brasil.....	8
1.5	Ausência de codificação do Direito Administrativo e pluralidade de fontes....	9
1.6	Taxinomia do Direito Administrativo: relações com outros ramos do Direito	10
1.7	Evolução do Estado e do Direito Administrativo	11
1.8	A constitucionalização do Direito Administrativo e a valorização dos princípios constitucionais	13
1.9	Mutações e tendências do Direito Administrativo	16

1.10	Resumo do capítulo	17
------	--------------------------	----

CAPÍTULO 2
FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO
DO DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1	Fontes do Direito Administrativo	21
2.1.1	Lei (juridicidade)	23
2.1.2	Doutrina	23
2.1.3	Jurisprudência	23
2.1.4	Costumes	24
2.1.5	Precedentes administrativos e praxes administrativas	25
2.2	Interpretação do Direito Administrativo	28
2.3	Integração do Direito Administrativo	30
2.4	Resumo do capítulo	32

CAPÍTULO 3
PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

3.1	A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras	33
3.2	Princípios do Direito Administrativo em espécie	36
3.2.1	Princípio da legalidade (juridicidade)	36
3.2.2	Princípio da impessoalidade	38
3.2.3	Princípio da moralidade	38
3.2.4	Princípio da publicidade	39
3.2.5	Princípio da eficiência	41
3.2.6	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	44
3.2.7	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública)	45
3.2.8	Princípio da continuidade	48
3.2.9	Princípio da autotutela	50
3.2.10	Princípios da consensualidade e da participação	51
3.2.11	Princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé	54
3.3	Resumo do capítulo	59

CAPÍTULO 4
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR

4.1	Transformações do Estado e nova organização administrativa	63
4.2	Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa	66
4.3	Desconcentração e descentralização administrativa	69

4.4	A organização administrativa em setores: 1.º setor (Estado), 2.º setor (mercado) e 3.º setor (sociedade civil)	71
4.5	Administração Pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo.....	72
4.6	Administração Pública e Governo	72
4.7	Administração Pública direta e indireta	73
4.8	Entidades da administração pública indireta	74
4.9	Características comuns das entidades administrativas	75
4.9.1	Reserva legal.....	76
4.9.2	Controle ou vinculação.....	77
4.10	Resumo do capítulo	79

CAPÍTULO 5 ÓRGÃOS PÚBLICOS

5.1	Conceito	81
5.2	Teorias dos órgãos públicos	82
5.3	Criação e extinção	83
5.4	Capacidade processual ou judiciária	84
5.5	Capacidade contratual e o contrato de gestão	85
5.6	Classificações	87
5.7	Resumo do capítulo	90

CAPÍTULO 6 AUTARQUIAS

6.1	Conceito	93
6.2	Criação.....	93
6.3	Objeto	94
6.4	Regime de pessoal	94
6.5	Patrimônio	95
6.6	Atos e contratos	97
6.7	Foro processual.....	97
6.8	Responsabilidade civil	97
6.9	Prerrogativas especiais.....	98
6.10	Classificações	98
6.11	Autarquias e qualificações especiais: agências executivas, agências reguladoras e associações públicas	100
6.12	Resumo de capítulo.....	101

CAPÍTULO 7 AGÊNCIAS REGULADORAS

7.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	103
7.2	Atividade regulatória	105
7.3	Classificações das agências reguladoras.....	105

7.4	Regime jurídico especial.....	106
7.4.1	Poder normativo e deslegalização	106
7.4.1.1	Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida.....	108
7.4.1.2	Atos regulatórios x atos regulamentares	109
7.4.2	Autonomia administrativa	110
7.4.2.1	Estabilidade reforçada dos dirigentes.....	110
7.4.2.2	Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio..	112
7.4.3	Autonomia financeira e as taxas regulatórias	113
7.5	O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras..	114
7.6	Resumo do capítulo	115

CAPÍTULO 8
EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS
PÚBLICAS E SOCIEDADES
DE ECONOMIA MISTA

8.1	Conceito e estatuto jurídico (Lei 13.303/2016)	117
8.2	Empresas públicas x sociedades de economia mista	120
8.2.1	Composição.....	120
8.2.2	Forma societária	121
8.2.3	Foro competente para julgamento dos litígios	122
8.3	Criação.....	122
8.4	Objeto	123
8.5	Regime societário	125
8.6	Regime de pessoal	130
8.7	Patrimônio	132
8.7.1	Penhora.....	132
8.7.2	Usucapião	133
8.8	Atos e contratos	133
8.9	Responsabilidade civil	134
8.10	Controle do Tribunal de Contas.....	135
8.11	Imunidade tributária.....	136
8.12	Falência	137
8.13	Resumo do capítulo	138

CAPÍTULO 9
FUNDAÇÕES ESTATAIS

9.1	Conceito e espécies	141
9.2	Criação.....	142
9.3	Objeto	143
9.4	Regime de pessoal	144

9.5	Patrimônio	144
9.6	Atos e contratos	144
9.7	Foro processual.....	145
9.8	Responsabilidade civil	145
9.9	Prerrogativas especiais.....	145
9.10	Controle.....	145
9.11	Resumo do capítulo	146

CAPÍTULO 10 CONSÓRCIOS PÚBLICOS

10.1	Conceito e fontes normativas	149
10.2	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005.....	150
10.2.1	Consórcios públicos antes da Lei 11.107/2005	150
10.2.2	Consórcios públicos após a Lei 11.107/2005	151
10.3	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	152
10.4	Partícipes do consórcio público	154
10.5	Procedimento para instituição do consórcio público.....	155
10.5.1	Protocolo de intenções.....	155
10.5.2	Autorização legislativa	156
10.5.3	Contrato de consórcio.....	156
10.5.4	Personificação do consórcio.....	156
10.5.5	Contrato de rateio.....	156
10.5.6	Contrato de programa	157
10.6	Consórcio público de direito público: associação pública	158
10.6.1	Natureza jurídica: autarquia interfederativa	158
10.6.2	Criação.....	161
10.6.3	Objeto.....	162
10.6.4	Regime de pessoal	162
10.6.5	Patrimônio.....	163
10.6.6	Atos e contratos	163
10.6.7	Foro processual.....	164
10.6.8	Responsabilidade civil.....	164
10.6.9	Controle do Tribunal de Contas.....	164
10.7	Consórcio público de direito privado.....	165
10.7.1	Natureza jurídica: fundação estatal de direito privado interfederativa.....	165
10.7.2	Criação.....	165
10.7.3	Objeto.....	165
10.7.4	Regime de pessoal	166
10.7.5	Patrimônio.....	166

10.7.6	Atos e contratos	166
10.7.7	Foro processual.....	166
10.7.8	Responsabilidade civil.....	167
10.7.9	Controle do Tribunal de Contas.....	167
10.8	Resumo do capítulo	167

CAPÍTULO 11 CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

11.1	Modalidades de concessão de serviço público	169
11.2	Concessão comum de serviços públicos	170
11.2.1	Conceito, fontes normativas e modalidades	170
11.2.2	Concessão de serviço público e autorização legislativa.....	170
11.2.3	Concessão x permissão de serviço público	171
11.2.4	Remuneração do concessionário: tarifas e receitas alternativas	173
11.2.5	Licitação: peculiaridades	174
11.2.5.1	Modalidades de licitação.....	174
11.2.5.2	Tipos de licitação.....	174
11.2.5.3	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	175
11.2.6	Contrato de concessão comum: peculiaridades.....	176
11.2.6.1	Cláusulas essenciais	176
11.2.6.2	Prazo	176
11.2.6.3	Prorrogação.....	176
11.2.6.4	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário.....	177
11.2.6.5	Encargos do poder concedente e da concessionária	179
11.2.6.6	Direitos e obrigações dos usuários.....	180
11.2.7	Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário.....	181
11.2.8	Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades	182
11.2.9	Extinção da concessão	184
11.2.10	Reversão dos bens	186
11.2.11	Responsabilidade civil.....	186
11.3	Concessão especial de serviços públicos (parcerias público-privadas – PPPs)	187
11.3.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	187
11.3.2	PPP patrocinada x PPP administrativa	189
11.3.3	Características das PPPs	191
11.3.3.1	Remuneração do concessionário	192

11.3.3.2	Repartição objetiva de riscos.....	193
11.3.3.3	Valor mínimo do contrato	194
11.3.3.4	Prazo contratual	195
11.3.3.5	Objeto complexo	195
11.3.3.6	Concessão comum x concessão especial (PPP)	196
11.3.3.7	Licitação: peculiaridades.....	196
11.3.3.8	Sociedade de propósito específico (SPE)	198
11.3.3.9	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP)	200
11.3.3.10	Responsabilidade civil nas PPPs	202
11.4	Autorização de serviço público: polêmicas.....	202
11.5	Resumo do capítulo	204

CAPÍTULO 12 TERCEIRO SETOR

12.1	Conceito e fundamentos do terceiro setor	207
12.2	Características do terceiro setor	208
12.3	Entidades ou qualificações jurídicas no terceiro setor	209
12.3.1	Serviços Sociais Autônomos (Sistema S).....	209
12.3.2	Organizações Sociais (OS)	210
12.3.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	211
12.3.4	OS x OSCIPs: quadro sinótico.....	213
12.3.5	Fundações de apoio.....	214
12.3.6	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	216
12.4	Aspectos relevantes e controvertidos no terceiro setor	224
12.4.1	Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor ..	224
12.4.2	Controle	225
12.4.3	Regime de pessoal	225
12.4.4	Patrimônio.....	226
12.4.5	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	226
12.4.5.1	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	227
12.4.5.2	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor	228
12.4.6	Responsabilidade civil.....	230
12.4.7	Imunidade tributária.....	231
12.5	Resumo do capítulo	233

CAPÍTULO 13 SERVIÇOS PÚBLICOS

13.1	Evolução e tendências do serviço público.....	235
13.2	Conceito do serviço público	238
13.3	Criação do serviço público (<i>publicatio</i>).....	240
13.4	Princípios dos serviços públicos	240
13.4.1	Princípio da continuidade	241
13.4.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade.....	242
13.4.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade	243
13.4.4	Princípio da generalidade ou universalidade.....	243
13.4.5	Princípio da modicidade	244
13.5	Classificação.....	244
13.5.1	<i>Uti universi e uti singuli</i>	244
13.5.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns.....	246
13.5.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais	246
13.5.4	Essenciais e não essenciais.....	247
13.5.5	Próprios e impróprios (virtuais).....	248
13.5.6	Inerentes e por opção legislativa.....	248
13.6	Modalidades de execução: direta e indireta.....	249
13.7	Serviço público e o CDC.....	249
13.8	Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público)	253
13.9	Resumo do capítulo	258

CAPÍTULO 14 PODERES ADMINISTRATIVOS

14.1	Conceito	259
14.2	Excesso e desvio de poder	260
14.3	Espécies de poderes administrativos	260
14.3.1	Poder normativo ou regulamentar.....	260
14.3.1.1	Conceito e fundamentos	260
14.3.1.2	Poder regulamentar x poder regulatório	262
14.3.1.3	Classificações.....	262
14.3.1.4	Reserva de administração	267
14.3.1.5	Deslegalização ou delegificação	268
14.3.2	Poder de polícia	268
14.3.2.1	Conceito: sentidos amplo e restrito	269
14.3.2.2	Críticas à expressão “poder de polícia”	269
14.3.2.3	Polícia administrativa x polícia judiciária.....	270

14.3.2.4	Supremacia geral x supremacia especial: poder de polícia x poder disciplinar	271
14.3.2.5	Ciclo de polícia	273
14.3.2.6	Licenças x autorizações de polícia: relativização da distinção	273
14.3.2.7	Campos de atuação ou espécies de poder de polícia	275
14.3.2.8	Fundamentos e limites do poder de polícia.....	275
14.3.2.9	Características	276
14.3.2.10	Obrigações positivas e negativas.....	280
14.3.2.11	Atividades comunicadas.....	280
14.3.2.12	Delegação do poder de polícia: limites e possibilidades	282
14.3.2.13	Poder de polícia entre entes federados (interfederativo).....	286
14.3.3	Poder hierárquico.....	286
14.3.3.1	Conceito	286
14.3.3.2	Prerrogativas e deveres hierárquicos	287
14.3.3.3	Subordinação x vinculação	288
14.3.4	Poder disciplinar.....	289
14.3.4.1	Conceito	289
14.3.4.2	Discricionariedade do poder disciplinar	289
14.4	Resumo do capítulo	290

CAPÍTULO 15 ATO ADMINISTRATIVO

15.1	Conceito	293
15.2	Ato administrativo e o princípio da separação de poderes.....	293
15.3	Ato administrativo e o ato privado da administração	294
15.4	Ato administrativo e delegatários de atividades estatais	294
15.5	Ato e fato administrativo.....	294
15.6	Ato e processo administrativo	295
15.7	Ato administrativo e ato de governo (político)	295
15.8	Silêncio administrativo	296
15.9	Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia).....	297
15.9.1	Agente público competente.....	298
15.9.1.1	Delegação e avocação de competência.....	299
15.9.1.2	Crterios de fixação da competência	301
15.9.2	Finalidade.....	302
15.9.3	Forma	303
15.9.3.1	Princípio da solenidade das formas.....	303
15.9.3.2	Princípio da simetria das formas	304

15.9.3.3	Formalidades essenciais x acidentais.....	304
15.9.4	Motivo.....	305
15.9.4.1	Motivo de fato (discricionário) x motivo de direito (vinculado).....	305
15.9.4.2	Motivação dos atos administrativos	305
15.9.4.3	Teoria dos motivos determinantes.....	307
15.9.4.4	Móvel dos atos administrativos.....	308
15.9.5	Objeto.....	308
15.9.5.1	Objeto indeterminado (discricionário) e determinado (vinculado).....	309
15.10	Discricionariedade x vinculação	309
15.10.1	Mérito administrativo.....	310
15.10.2	Conceitos jurídicos indeterminados x discricionariedade	310
15.10.3	Controle judicial dos atos administrativos discricionários.....	311
15.10.3.1	Teoria do desvio de poder (<i>détournement de pouvoir</i>) ou desvio de finalidade.....	311
15.10.3.2	Teoria dos motivos determinantes.....	312
15.10.3.3	Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade	312
15.11	Atributos dos atos administrativos	313
15.11.1	Presunção de legitimidade e de veracidade	314
15.11.2	Imperatividade.....	315
15.11.3	Autoexecutoriedade	315
15.12	Classificações dos atos administrativos.....	316
15.12.1	Crítério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos.....	316
15.12.2	Crítério dos destinatários: atos individuais (concretos) e gerais (normativos).....	317
15.12.3	Crítério dos efeitos: atos constitutivos, declaratórios e enunciativos	317
15.12.4	Crítério da imperatividade: atos de império e de gestão.....	318
15.12.5	Crítério do objeto: ato-regra, atos subjetivos e ato-condição	318
15.12.6	Crítério da competência ou da liberdade do agente: atos vinculados (regrados) e discricionários	318
15.12.7	Crítério do âmbito dos efeitos: atos externos e internos.....	319
15.12.8	Crítério da repercussão sobre a esfera jurídica do particular: atos ampliativos e restritivos	319
15.12.9	Crítério da validade: atos válidos e inválidos.....	319
15.12.10	Crítério da retratabilidade: atos revogáveis (retratáveis) e irrevogáveis (irretratáveis).....	320
15.12.11	Crítério da executoriedade: atos executórios e não executórios	320

15.12.12	Critério da formação ou da exequibilidade: atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.....	320
15.13	Espécies de atos administrativos.....	321
15.13.1	Atos administrativos normativos.....	322
15.13.1.1	Decreto.....	322
15.13.1.2	Regimentos.....	323
15.13.1.3	Resoluções.....	323
15.13.1.4	Deliberações.....	323
15.13.2	Atos administrativos ordinatórios.....	324
15.13.2.1	Instruções.....	324
15.13.2.2	Circulares.....	324
15.13.2.3	Avisos.....	324
15.13.2.4	Portarias.....	324
15.13.2.5	Ordens de serviço.....	324
15.13.2.6	Ofícios.....	324
15.13.2.7	Despachos.....	324
15.13.3	Atos administrativos negociais ou de consentimento.....	325
15.13.3.1	Licença.....	325
15.13.3.2	Permissão.....	325
15.13.3.3	Autorização.....	326
15.13.3.4	Admissão.....	327
15.13.4	Atos administrativos enunciativos.....	327
15.13.4.1	Pareceres.....	327
15.13.4.2	Certidões.....	328
15.13.4.3	Atestados.....	328
15.13.4.4	Apostilas ou apostilamento.....	328
15.13.5	Atos administrativos de controle ou de verificação.....	329
15.13.5.1	Aprovação.....	329
15.13.5.2	Homologação.....	329
15.13.5.3	Visto.....	330
15.13.6	Atos administrativos punitivos ou sancionatórios.....	330
15.13.6.1	Multas.....	330
15.13.6.2	Interdições de atividades.....	330
15.13.6.3	Apreensão ou destruição de coisas.....	330
15.13.6.4	Sanções disciplinares.....	331
15.14	Extinção dos atos administrativos.....	331
15.14.1	Extinção normal ou natural.....	332
15.14.2	Extinção subjetiva.....	332
15.14.3	Extinção objetiva.....	332

15.14.4	Extinção por manifestação de vontade do particular: renúncia e recusa.....	332
15.14.4.1	Renúncia.....	332
15.14.4.2	Recusa.....	332
15.14.5	Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação.....	333
15.14.5.1	Caducidade.....	333
15.14.5.2	Cassação.....	333
15.14.5.3	Anulação.....	334
15.14.5.4	Revogação.....	336
15.15	Convalidação ou sanatória.....	340
15.15.1	Atos nulos e anuláveis.....	340
15.15.2	Vícios insanáveis e sanáveis.....	341
15.15.3	Espécies de convalidação.....	342
15.15.3.1	Convalidação voluntária: ratificação, reforma e conversão.....	342
15.15.3.2	Convalidação involuntária: decadência administrativa.....	343
15.15.4	Convalidação: vinculação ou discricionariedade.....	344
15.16	Resumo do capítulo.....	345

CAPÍTULO 16 PROCESSO ADMINISTRATIVO

16.1	Conceito e fontes normativas.....	349
16.2	Processo ou procedimento.....	350
16.3	A processualização da atividade administrativa.....	350
16.4	Classificações.....	351
16.5	Princípios do processo administrativo.....	352
16.5.1	Princípio do devido processo legal.....	352
16.5.2	Princípio do contraditório.....	352
16.5.3	Princípio da ampla defesa.....	352
16.5.4	Princípio da oficialidade.....	352
16.5.5	Princípio do formalismo moderado (ou informalismo).....	353
16.5.6	Princípio da verdade real ou material.....	353
16.5.7	Princípio da publicidade.....	353
16.5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	353
16.5.9	Princípio da duração razoável do processo.....	354
16.5.10	Princípio da motivação.....	354
16.5.11	Princípio da gratuidade.....	354
16.5.12	Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.....	354

16.5.13	Princípio da participação	354
16.5.14	Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência.....	355
16.6	Fases do processo administrativo.....	355
16.7	Recurso administrativo	355
16.7.1	Conceito e espécies.....	355
16.7.1.1	Recurso hierárquico próprio	356
16.7.1.2	Recurso hierárquico impróprio.....	356
16.7.1.3	Pedido de reconsideração	357
16.7.1.4	Revisão.....	357
16.7.2	Legitimidade, prazo e efeitos	357
16.7.3	Recurso e garantias (depósito prévio)	358
16.7.4	Recurso e <i>reformatio in pejus</i>	359
16.8	Decadência administrativa.....	360
16.9	Preclusão e “coisa julgada”	362
16.10	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	363
16.10.1	Conceito.....	363
16.10.2	Pluralidade normativa: competência legislativa dos entes federa- dos.....	363
16.10.3	Sindicância administrativa	364
16.10.4	Inquérito administrativo	365
16.10.5	Fases do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	366
16.10.6	Defesa técnica no PAD e a Súmula Vinculante 5 do STF.....	366
16.10.7	Parecer da Comissão não vincula a decisão da autoridade competente	367
16.10.8	PAD: recurso, revisão e <i>reformatio in pejus</i>	368
16.10.9	Meios sumários: sindicância, verdade sabida e termo de decla- ração	368
16.10.10	Sanções disciplinares e prescrição	369
16.10.11	Processo disciplinar e processo penal.....	372
16.11	Resumo do capítulo	373

CAPÍTULO 17 LICITAÇÃO

17.1	Conceito	377
17.2	Fontes normativas	377
17.3	Competência legislativa.....	378
17.4	Princípios da licitação.....	380
17.4.1	Princípio da competitividade.....	380
17.4.2	Princípio da isonomia.....	380
17.4.3	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	382
17.4.4	Princípio do procedimento formal	382

17.4.5	Princípio do julgamento objetivo.....	383
17.5	A função regulatória da licitação.....	383
17.6	Objeto da licitação.....	384
17.6.1	Obras e serviços de engenharia.....	384
17.6.1.1	Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais.....	385
17.6.1.2	Vedações e impedimentos.....	386
17.6.1.3	Formas de execução: direta e indireta.....	387
17.6.2	Serviços.....	388
17.6.2.1	Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio e atividade-fim.....	388
17.6.2.2	Quarteirização.....	390
17.6.2.3	Serviços de publicidade.....	390
17.6.3	Compras.....	391
17.6.3.1	Indicação de marcas, amostras e o princípio da padronização.....	391
17.6.3.2	Divisibilidade do objeto e licitação por item.....	392
17.6.4	Alienações.....	394
17.7	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	394
17.7.1	O “efeito carona” no Sistema de Registro de Preços.....	397
17.8	Destinatários da regra da licitação.....	399
17.8.1	Administração Pública direta, indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público.....	399
17.8.2	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016).....	400
17.8.2.1	Fontes normativas e objeto.....	400
17.8.2.2	Características principais.....	403
17.9	Contratação direta.....	414
17.9.1	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993).....	415
17.9.2	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993).....	418
17.9.2.1	Valor reduzido (art. 24, I e II).....	419
17.9.2.2	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV).....	420
17.9.2.3	Licitação deserta (art. 24, V).....	421
17.9.2.4	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	422
17.9.2.5	Licitação frustrada (art. 24, VII).....	422
17.9.2.6	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII).....	423
17.9.2.7	Segurança nacional (art. 24, IX).....	426
17.9.2.8	Compra e locação de imóveis (art. 24, X).....	426
17.9.2.9	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI).....	427
17.9.2.10	Gêneros perecíveis (art. 24, XII).....	427

17.9.2.11	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV e XXXIII).....	428
17.9.2.12	Negócios internacionais (art. 24, XIV).....	431
17.9.2.13	Obras de arte (art. 24, XV).....	431
17.9.2.14	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII).....	431
17.9.2.15	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX).....	432
17.9.2.16	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI)	432
17.9.2.17	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	433
17.9.2.18	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII).....	434
17.9.2.19	Contratos de programa (art. 24, XXVI).....	435
17.9.2.20	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII) .	436
17.9.2.21	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII).....	436
17.9.2.22	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX)..	437
17.9.2.23	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	437
17.9.3	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	438
17.9.3.1	Fornecedor exclusivo (art. 25, I)	439
17.9.3.2	Serviços técnicos especializados (art. 25, II)	440
17.9.3.3	Artistas consagrados (art. 25, III)	441
17.9.3.4	Credenciamento	442
17.9.4	Quadro sinótico: contratação direta	442
17.10	Modalidades de licitação	443
17.10.1	Concorrência.....	443
17.10.2	Tomada de preços e o registro cadastral.....	444
17.10.3	Convite.....	445
17.10.4	Concurso	446
17.10.5	Leilão.....	447
17.10.6	Pregão.....	448
17.10.7	Consulta.....	451
17.11	Procedimento.....	451
17.11.1	Fases da licitação: interna e externa	452
17.11.2	Edital	453
17.11.3	Habilitação.....	454
17.11.3.1	Habilitação jurídica.....	455
17.11.3.2	Qualificação técnica.....	455
17.11.3.3	Qualificação econômico-financeira.....	455
17.11.3.4	Regularidade fiscal e trabalhista	456

17.11.3.5	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB.....	458
17.11.4	Julgamento (tipos de licitação) e classificação.....	458
17.11.5	Homologação e adjudicação	459
17.12	Anulação e revogação da licitação	460
17.13	Recursos administrativos	461
17.14	Cooperativas nas licitações	462
17.15	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações	464
17.15.1	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista.....	465
17.15.2	Empate ficto ou presumido	465
17.15.3	Possibilidade de licitações diferenciadas.....	466
17.15.4	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	468
17.15.5	Cédula de crédito microempresarial.....	469
17.16	A participação de consórcios empresariais nas licitações.....	469
17.17	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	471
17.17.1	Fontes normativas, objeto e finalidades	471
17.17.2	Características principais	474
17.18	Resumo do capítulo	478

CAPÍTULO 18

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

18.1	Conceito e espécies de contratos da administração pública: contrato administrativo x contrato privado	483
18.2	Fontes normativas e competência legislativa.....	485
18.3	Sujeitos do contrato.....	485
18.4	Características.....	487
18.4.1	Formalismo moderado	487
18.4.2	Bilateralidade	488
18.4.3	Comutatividade	489
18.4.4	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>)	489
18.4.5	Desequilíbrio.....	489
18.4.6	Instabilidade.....	490
18.5	Formalização do contrato e garantias.....	490
18.6	Cláusulas exorbitantes	491
18.6.1	Alteração unilateral.....	491
18.6.2	Rescisão unilateral.....	493
18.6.3	Fiscalização.....	494
18.6.4	Aplicação de sanções.....	494
18.6.5	Ocupação provisória	495

18.6.6	Outras cláusulas exorbitantes.....	495
18.6.7	A releitura das cláusulas exorbitantes.....	496
18.7	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.....	497
18.7.1	Reajuste.....	497
18.7.2	Revisão.....	499
18.7.3	Atualização financeira.....	500
18.7.4	Repactuação.....	500
18.8	Duração dos contratos.....	500
18.8.1	Contratos por prazo certo e contratos por escopo.....	500
18.8.2	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário.....	501
18.8.3	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento.....	501
18.8.3.1	Projetos previstos no Plano Plurianual.....	502
18.8.3.2	Serviços contínuos.....	502
18.8.3.3	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	504
18.8.3.4	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei 8.666/1993.....	504
18.8.3.5	Outras exceções ao prazo anual dos contratos.....	504
18.9	Prorrogação dos contratos.....	505
18.10	Inexecução contratual.....	507
18.10.1	Inexecução culposa.....	507
18.10.1.1	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	508
18.10.2	Inexecução sem culpa.....	509
18.10.2.1	Teoria da imprevisão.....	510
18.10.2.2	Fato do príncipe.....	510
18.10.2.3	Caso fortuito e força maior.....	511
18.11	Extinção dos contratos.....	512
18.11.1	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual.....	512
18.11.2	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	513
18.12	Sanções administrativas.....	516
18.13	Controle das licitações e dos contratos.....	520
18.14	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	521
18.14.1	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato.....	521
18.14.2	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	522
18.14.3	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	523
18.15	Contratos das empresas estatais.....	525

18.16	Convênios administrativos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.....	528
18.17	Resumo do capítulo	531

CAPÍTULO 19
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA
ORDEM ECONÔMICA

19.1	Estado e ordem econômica: Estado liberal, Estado social e Estado regulador	535
19.2	Fundamentos e princípios da ordem econômica	536
19.3	Espécies de intervenção do Estado na ordem econômica	537
19.4	Planejamento	538
19.4.1	Conceito.....	538
19.4.2	Fundamentos.....	539
19.4.3	Instrumentos de planejamento	540
19.5	Regulação (Estado regulador)	541
19.5.1	Regulação: conceito.....	541
19.5.2	Regulação x regulamentação.....	542
19.5.3	Formas de regulação: regulação estatal, regulação pública não estatal e autorregulação.....	543
19.5.4	Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador	543
19.5.5	Análise de Impacto Regulatório (AIR)	547
19.5.6	Regulação e promoção da concorrência.....	552
19.5.6.1	Liberdade de entrada.....	553
19.5.6.2	Liberdade relativa de preços	553
19.5.6.3	Fragmentação do serviço público (<i>unbundling</i>)	554
19.5.6.4	Compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (<i>essential facilities doctrine</i>)	555
19.5.7	Controle de preços	557
19.5.8	Regulação por incentivos ou por “empurrões” (<i>nudge</i>).....	558
19.5.9	Acordos decisórios ou substitutivos na regulação	560
19.6	Fomento.....	562
19.6.1	Conceito.....	562
19.6.2	Características.....	562
19.6.3	Limites.....	563
19.6.4	Classificações de fomento	564
19.6.4.1	Quanto ao conteúdo: fomento positivo e negativo...	564
19.6.4.2	Quanto ao destinatário: fomento econômico e social	565
19.6.4.3	Quanto aos meios: fomento honorífico, econômico e jurídico.....	565

19.6.5	Instrumentos de fomento	565
19.6.5.1	Benefícios ou incentivos fiscais	565
19.6.5.2	Benefícios ou incentivos creditícios	566
19.6.5.3	Outros instrumentos (rol exemplificativo).....	567
19.7	Repressão ao abuso do poder econômico e proteção da concorrência (direito antitruste ou da concorrência)	567
19.7.1	Fundamentos do direito antitruste ou direito da concorrência	567
19.7.2	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)	568
19.7.3	Condutas anticoncorrenciais	570
19.7.4	Infrações à ordem econômica: responsabilidades, sanções e prescrição.....	571
19.7.5	Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras.....	572
19.8	Exploração direta da atividade econômica (Estado empresário).....	574
19.8.1	Estado empresário: requisitos	574
19.8.2	Intervenção concorrencial do Estado empresário.....	575
19.8.3	Intervenção monopolista do Estado empresário.....	575
19.8.3.1	Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio (e oligopsônio), monopólio (monopsônio) e monopólio bilateral	575
19.8.3.2	Espécies de monopólio: de fato e de direito	576
19.8.3.3	Monopólios públicos ou estatais	577
19.9	Resumo do capítulo	579

CAPÍTULO 20
INTERVENÇÃO DO ESTADO
NA PROPRIEDADE

20.1	Fundamentos da intervenção estatal na propriedade.....	585
20.2	Modalidades: intervenções restritivas e supressivas	586
20.3	Servidão administrativa.....	586
20.3.1	Conceito.....	586
20.3.2	Fontes normativas	587
20.3.3	Objeto.....	588
20.3.4	Instituição	588
20.3.5	Extinção	590
20.3.6	Indenização	590
20.4	Requisição	590
20.4.1	Conceito.....	590
20.4.2	Fontes normativas	591
20.4.3	Objeto.....	591
20.4.4	Instituição e extinção	592

20.4.5	Indenização	592
20.5	Ocupação temporária	592
20.5.1	Conceito.....	592
20.5.2	Fontes normativas	593
20.5.3	Objeto.....	593
20.5.4	Instituição e extinção	594
20.5.5	Indenização	594
20.6	Limitações administrativas	595
20.6.1	Conceito.....	595
20.6.2	Fontes normativas	595
20.6.3	Objeto.....	595
20.6.4	Instituição e extinção	595
20.6.5	Indenização	596
20.7	Tombamento.....	597
20.7.1	Conceito.....	597
20.7.2	Fontes normativas	598
20.7.3	Objeto.....	599
20.7.4	Tombamento x registro.....	601
20.7.5	Classificações	602
20.7.6	Instituição e cancelamento	603
20.7.7	Efeitos.....	604
20.7.8	Indenização	606
20.8	Resumo do capítulo	606

CAPÍTULO 21 DESAPROPRIAÇÃO

21.1	Conceito	611
21.2	Modalidades e fontes normativas.....	612
21.2.1	Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social	613
21.2.2	Desapropriação urbanística	613
21.2.3	Desapropriação rural	615
21.2.4	Expropriação confiscatória	617
21.3	Objeto	618
21.3.1	Bens públicos	619
21.3.2	Bens da Administração Indireta.....	621
21.4	Procedimento.....	623
21.4.1	Fase declaratória	623
21.4.1.1	Competência declaratória	623
21.4.1.2	Efeitos da declaração	624
21.4.2	Fase executória.....	625

21.4.2.1	Competência executória.....	625
21.5	Ação de desapropriação: aspectos relevantes	625
21.5.1	Imissão provisória na posse	626
21.5.2	Defesa do réu e extensão do controle judicial	628
21.5.3	Direito de extensão.....	629
21.5.4	Indenização	631
21.5.4.1	Juros moratórios.....	632
21.5.4.2	Juros compensatórios	633
21.5.4.3	Honorários advocatícios	635
21.5.5	Desistência da ação de desapropriação: requisitos.....	636
21.5.6	Intervenção do Ministério Público	637
21.6	Transferência da propriedade.....	638
21.7	Desapropriação por zona	639
21.8	Retrocessão.....	639
21.8.1	Conceito e natureza jurídica	639
21.8.2	Tredestinação lícita x tredestinação ilícita	640
21.8.3	Tredestinação e omissão	641
21.8.4	Tredestinação, desdestinação e adestinação	642
21.8.5	Prescrição	643
21.9	Desapropriação indireta	643
21.9.1	Conceito e natureza jurídica	643
21.9.2	“Ação de desapropriação indireta”: legitimidade, foro processual e prescrição.....	644
21.10	Resumo do capítulo	646

CAPÍTULO 22 BENS PÚBLICOS

22.1	Conceito	649
22.2	Domínio eminente e domínio patrimonial	651
22.3	Classificações	651
22.3.1	Crítério da titularidade: bens públicos federais, estaduais, distritais, municipais e interfederativos.....	652
22.3.2	Crítério da afetação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.....	653
22.4	Afetação e desafetação	653
22.5	Regime jurídico dos bens públicos	655
22.5.1	Alienação condicionada ou inalienabilidade relativa	655
22.5.2	Impenhorabilidade	657
22.5.3	Imprescritibilidade	658
22.5.4	Não onerabilidade	659
22.6	Formas de uso do bem público: comum, especial e privativo.....	659

22.7	Uso privativo do bem público.....	660
22.7.1	Autorização	661
22.7.1.1	Autorização condicionada ou qualificada	661
22.7.1.2	Autorização de uso urbanística	662
22.7.2	Permissão.....	662
22.7.2.1	Permissão condicionada ou qualificada.....	664
22.7.3	Concessão.....	664
22.7.3.1	Concessão de direito real de uso.....	665
22.7.3.2	Concessão de uso especial para fins de moradia	666
22.7.3.3	Concessão florestal	667
22.7.4	Cessão de uso	668
22.7.5	Uso privativo de bem público por instrumentos de direito privado	669
22.7.5.1	Locação.....	669
22.7.5.2	Comodato	670
22.7.5.3	Enfiteuse ou aforamento	671
22.8	Aquisição de bens públicos.....	671
22.8.1	Aquisição por instrumentos de direito público e de direito privado	671
22.8.2	Aquisição originária e derivada.....	672
22.8.3	Aquisição por ato <i>inter vivos</i> e por <i>causa mortis</i>	672
22.9	Principais espécies de bens públicos.....	672
22.9.1	Terras devolutas	672
22.9.2	Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	673
22.9.3	Terrenos marginais ou reservados.....	674
22.9.4	Terras indígenas.....	674
22.9.5	Plataforma continental.....	675
22.9.6	Ilhas	675
22.9.7	Faixa de fronteiras	676
22.9.8	Minas e jazidas.....	677
22.9.9	Domínio hídrico.....	678
22.9.10	Espaço aéreo.....	679
22.10	Resumo do capítulo	679

CAPÍTULO 23
AGENTES PÚBLICOS

23.1	Conceito	683
23.2	Espécies.....	683
23.2.1	Agentes públicos de direito.....	684
23.2.1.1	Agentes políticos	684

	23.2.1.2	Servidores públicos	686
	23.2.1.3	Particulares em colaboração	686
	23.2.2	Agentes públicos de fato	686
23.3		Servidores públicos	687
	23.3.1	Classificação	687
	23.3.2	Regimes jurídicos funcionais	687
	23.3.2.1	Regime estatutário	687
	23.3.2.2	Regime trabalhista (celetista) e regime do emprego público	689
	23.3.2.3	Regime especial	691
	23.3.3	Regime Jurídico Único (RJU)	693
23.4		Cargos públicos	696
	23.4.1	Cargo, emprego e função pública	696
	23.4.2	Classe, carreira, quadro e lotação	697
	23.4.3	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	697
	23.4.4	Acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas	699
	23.4.5	Classificação dos cargos	700
	23.4.6	Cargo em comissão x função de confiança	702
	23.4.7	Provimento	702
	23.4.7.1	Provimento originário	703
	23.4.7.2	Provimento derivado	703
	23.4.8	Investidura, posse e exercício	707
	23.4.9	Vacância	707
	23.4.10	Acumulação de cargos, empregos e funções	708
23.5		Estabilidade	711
	23.5.1	Alcance da estabilidade: servidores estatutários	711
	23.5.2	Estágio probatório: prazo de três anos	712
	23.5.3	Efetivo exercício	713
	23.5.4	Avaliação especial de desempenho	714
	23.5.5	Estabilidade no serviço, e não no cargo	714
	23.5.6	Estabilidade extraordinária ou estabilização constitucional	715
	23.5.7	Estabilidade x efetividade	715
	23.5.8	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor estável	716
23.6		Vitaliciedade	718
	23.6.1	Alcance da vitaliciedade: servidores vitalícios	718
	23.6.2	Vitaliciedade automática e diferida	719
	23.6.3	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor vitalício	719
23.7		Concurso público	719
	23.7.1	Conceito e alcance da regra do concurso	719

23.7.2	Inexigibilidade	721
23.7.3	Prazo de validade e prorrogação	722
23.7.4	Requisitos de participação e de aprovação.....	723
23.7.5	Discriminações legítimas e ilegítimas: idade, sexo, altura etc. As cotas raciais em concursos públicos.....	725
23.7.6	Acesso do idoso aos cargos e empregos públicos.....	728
23.7.7	Reserva de vagas para portadores de deficiência	729
23.7.8	Exame psicotécnico.....	730
23.7.9	Estágio experimental.....	731
23.7.10	Aprovação no concurso e o direito à nomeação.....	731
23.7.11	Direito à vista e à revisão das provas.....	735
23.7.12	Concursos públicos e nomeações em períodos eleitorais: limites e possibilidades	737
23.8	Sistema remuneratório	738
23.8.1	Revisão da remuneração e vinculação.....	741
23.9	Teto remuneratório	743
23.10	Associação sindical	748
23.11	Greve.....	748
23.12	Regime previdenciário dos servidores públicos.....	751
23.12.1	Espécies de Regimes de Previdência.....	751
23.12.2	Aposentadoria.....	752
23.12.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	752
23.12.2.2	Modalidades de aposentadoria.....	753
23.12.2.3	Proventos: fim da integralidade e da paridade.....	755
23.12.2.4	Acumulação de proventos.....	756
23.12.3	Abono de permanência.....	757
23.12.4	Pensões.....	757
23.12.5	Contribuições previdenciárias.....	757
23.12.6	Fundo previdenciário.....	758
23.12.7	Previdência complementar.....	758
23.13	Resumo do capítulo	759

CAPÍTULO 24 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

24.1	Conceito	763
24.2	Responsabilidade civil e sacrifício de direitos.....	763
24.3	Evolução da responsabilidade civil do Estado.....	764
24.3.1	Fase da irresponsabilidade civil do Estado.....	764
24.3.2	Fase da responsabilidade subjetiva.....	764
24.3.2.1	Teoria da culpa individual (atos de império x atos de gestão).....	765

24.3.2.2	Teoria da culpa anônima (culpa do serviço).....	765
24.3.3	Fase da responsabilidade civil objetiva.....	765
24.3.4	A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro.....	766
24.4	Responsabilidade civil extracontratual e contratual.....	767
24.5	Responsabilidade civil objetiva: ato lícito e ilícito.....	767
24.6	Fundamentos da responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e repartição dos encargos sociais.....	769
24.7	Pressupostos da responsabilidade civil do Estado.....	770
24.7.1	Conduta (fato administrativo).....	770
24.7.2	Dano.....	770
24.7.3	Nexo de causalidade.....	771
24.8	Causas excludentes do nexo de causalidade.....	772
24.8.1	Fato exclusivo da vítima.....	772
24.8.2	Fato de terceiro.....	773
24.8.3	Caso fortuito e força maior.....	773
24.8.4	Causas excludentes e atenuantes.....	774
24.9	Pessoas responsáveis à luz do art. 37, § 6.º, da CRFB.....	774
24.9.1	Pessoas jurídicas de direito público.....	774
24.9.2	Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.....	774
24.9.2.1	Responsabilidade das estatais: serviços públicos e atividade econômica.....	775
24.9.2.2	Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos.....	775
24.9.2.3	Responsabilidade do Terceiro Setor.....	776
24.9.3	Responsabilidade primária e subsidiária.....	777
24.10	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	778
24.11	Agentes públicos e a responsabilidade civil do Estado.....	780
24.11.1	Dualidade de regimes de responsabilidade civil no art. 37, § 6.º, da CRFB: responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público.....	780
24.11.2	O vocábulo “agentes” e seu alcance.....	780
24.11.3	Litisconsórcio facultativo x Teoria da dupla garantia.....	781
24.11.4	Reparação do dano e ação regressiva em face do agente público.....	782
24.11.5	Denúnciação da lide.....	783
24.12	Prescrição.....	785
24.13	Responsabilidade civil por atos legislativos.....	788
24.13.1	Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais.....	788
24.13.2	Leis inconstitucionais.....	789

24.13.3	Omissão legislativa.....	791
24.14	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	792
24.14.1	Erro judiciário.....	793
24.14.2	Prisão além do tempo fixado na sentença.....	794
24.14.3	Demora na prestação jurisdicional.....	795
24.14.4	Prisão cautelar e posterior absolvição.....	796
24.14.5	Responsabilidade pessoal do juiz.....	797
24.15	Responsabilidade do Estado, dos notários e registradores.....	798
24.16	Responsabilidade civil por danos causados por obras públicas.....	800
24.17	Responsabilidade civil por atos de multidões (atos multitudinários).....	802
24.18	Responsabilidade civil por danos ambientais.....	802
24.19	Resumo do capítulo.....	804

CAPÍTULO 25 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

25.1	Controle.....	807
25.1.1	Espécies de controle.....	807
25.1.1.1	Autocontrole (controle interno), controle externo e controle social.....	807
25.1.1.2	Controle preventivo e repressivo.....	808
25.1.1.3	Controle de legalidade e controle do mérito.....	808
25.2	Controle administrativo.....	809
25.2.1	Conceito.....	809
25.2.2	Tutela e autotutela administrativa.....	809
25.2.3	Meios de controle administrativo.....	810
25.3	Controle legislativo.....	810
25.3.1	Conceito.....	810
25.3.2	Casos de controle.....	810
25.3.2.1	Sustação de atos normativos.....	810
25.3.2.2	Convocação de autoridades e requisição de informações.....	811
25.3.2.3	Autorização e aprovação de ato administrativo.....	811
25.3.2.4	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	811
25.3.2.5	Julgamento do chefe do Executivo: <i>impeachment</i>	811
25.3.2.6	Controle financeiro.....	812
25.4	Controle do Tribunal de Contas.....	812
25.4.1	Conceito e visão geral.....	812
25.4.2	Crítérios do controle: legalidade, legitimidade e economicidade.....	814
25.4.3	Atribuições dos Tribunais de Contas.....	814
25.4.3.1	Consultiva.....	814
25.4.3.2	Fiscalizadora.....	815
25.4.3.3	Julgadora.....	815

25.4.3.4	Registro.....	815
25.4.3.5	Sancionadora	815
25.4.3.6	Corretiva.....	816
25.4.3.7	Ouvidoria	816
25.5	Controle jurisdicional.....	816
25.5.1	Sistemas de controle jurisdicional.....	817
25.5.2	Limites e possibilidades do controle jurisdicional	817
25.5.3	Tendências do controle jurisdicional dos atos administrativos a partir de uma visão pragmática e institucional	817
25.5.4	Fazenda Pública em juízo	820
25.5.5	Instrumentos de controle judicial da Administração Pública...	824
25.5.6	<i>Habeas corpus</i>	824
25.5.6.1	Conceito e fontes normativas	824
25.5.6.2	Espécies de <i>habeas corpus</i>	825
25.5.6.3	Legitimidade	825
25.5.6.4	Objeto	826
25.5.6.5	Prazo	826
25.5.6.6	Competência.....	827
25.5.6.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	828
25.5.7	Mandado de segurança individual	828
25.5.7.1	Conceito e fontes normativas	828
25.5.7.2	Espécies de mandado de segurança.....	828
25.5.7.3	Legitimidade	829
25.5.7.4	Autoridade coatora	830
25.5.7.5	Objeto	833
25.5.7.6	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	834
25.5.7.7	Prazo	835
25.5.7.8	Competência.....	837
25.5.7.9	Decisão e coisa julgada.....	839
25.5.8	Mandado de segurança coletivo	840
25.5.8.1	Conceito e fontes normativas	840
25.5.8.2	Legitimidade	840
25.5.8.3	Objeto	842
25.5.8.4	Decisão e coisa julgada.....	843
25.5.9	Mandado de injunção	845
25.5.9.1	Conceito e fontes normativas	845
25.5.9.2	Espécies de mandado de injunção	845
25.5.9.3	Legitimidade.....	845
25.5.9.4	Objeto	847
25.5.9.5	Prazo	847
25.5.9.6	Competência.....	848

25.5.9.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	849
25.5.9.8	Mandado de injunção x ação direta de inconstitucionalidade por omissão	852
25.5.10	<i>Habeas data</i>	853
25.5.10.1	Conceito e fontes normativas	853
25.5.10.2	Legitimidade	854
25.5.10.3	Objeto	855
25.5.10.4	Prazo	856
25.5.10.5	Competência.....	856
25.5.10.6	Procedimento, decisão e coisa julgada	857
25.5.11	Ação popular	858
25.5.11.1	Conceito e fontes normativas	858
25.5.11.2	Legitimidade	858
25.5.11.3	Objeto	860
25.5.11.4	Prazo	860
25.5.11.5	Competência.....	861
25.5.11.6	Procedimento, decisão e coisa julgada	861
25.5.12	Ação civil pública.....	862
25.5.12.1	Conceito e fontes normativas	862
25.5.12.2	Legitimidade	862
25.5.12.3	Objeto	864
25.5.12.4	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	866
25.5.12.5	Inquérito civil	866
25.5.12.6	Prazo	867
25.5.12.7	Competência.....	867
25.5.12.8	Procedimento, decisão e coisa julgada	867
25.5.13	Ação de improbidade administrativa.....	869
25.5.13.1	Conceito e fontes normativas	869
25.5.13.2	Legitimidade	871
25.5.13.3	Objeto	883
25.5.13.4	Atos de improbidade administrativa	883
25.5.13.5	Prazo	893
25.5.13.6	Competência.....	896
25.5.13.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	896
25.5.14	Sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	899
25.6	Resumo do capítulo	907
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		911
OBRAS DO AUTOR		937
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		941